

Fernando Pessoa e o Estado Novo

João Rui de Sousa

Estão os factos no uso da palavra, não quero interromper o orador.

Fernando Pessoa

Na selva cósmica, mas lili-putianamente sórdida e perversa, em que por vezes parece querer transformar-se a nossa vida intelectual e, se possível com maior acentuação, o universo dos que estudam a vida ou a obra de Fernando Pessoa — com alguma gente, não por lapso ou desconhecimento (um e outro compreensíveis e desculpáveis), mas por pura perfídia carreirista e insensibilidade moral, a querer apropriar-se de ideias ou projectos que **sabiam** ser de outros e, pior um pouco, a **servir-se** sem pudor, sem o mínimo respeito pelas regras do trânsito, sem referência da verdadeira autoria, do que outros escreveram, do esforço intelectual que outros fizeram —, tentaremos desenvolver agora, neste ano de justificado comemorativismo pessoano, uma reflexão já iniciada ou indiciada em notórias passagens dum livro por nós publicado vai para dois anos e meio (1), sobre as relações visíveis ou encobertas, públicas ou clandestinas que, num plano de fundo de guerrilha aberta, podemos observar entre o poeta dos heterónimos e o Estado Novo ou o seu chefe. Uma reflexão que, centrada no próprio ano da morte de Fernando Pessoa, procuraremos tornar o mais possível englobante, mas sintética, e não esquecer alguns **apports** que, no imediato, nos pareceram mais significativos para o fim em vista.

Começemos por dizer que 1935 foi para o autor do «Poema em Linha Recta» um ano de cansaço, de consciência da solidão, de melancólica evocação da infância, de indominável sono e de adivinhação da proximidade da morte. Quase todos os seus poemas dessa época falam disso. Mas 1935 também foi — no que corrobora, e de que maneira, Joel Serrão quando este constata, acerca de Pessoa, que «um dos cuidados maiores da sua actividade mental e cultural foi o de índole política, ou seja a preocupação com os rumos e o destino da **polis** que lhe coube em partilha» (2) — um ano de afirmatividade política intensa, sobretudo expressa em crescente hostilidade para com o Estado Novo, para com o dirigismo cultural e as medidas repressivas que, sucessivamente, o regime ia pondo em prática. Logicamente que essa hostilidade também se dirigia à figura ca-

rismática de Salazar.

Dadas certas posições tomadas por Fernando Pessoa durante a primeira República, nomeadamente contra alguns dos seus chefes mais conhecidos ou contra as concepções políticas mais caras ao republicanismo parlamentar — ou, ao invés, a favor de quem conjunturalmente poderia assumir, como no caso do «Presidente-Rei» Sidónio Pais, à memória do qual Pessoa dedicou em 1920 um extenso poema, um estilo mais providencialista de exercício do poder e até, no seu imaginário, o cumprimento da utopia espiritualista do Quinto Império — pode ser surpreendente essa hostilidade. Surpresa que se acentuará se nos lembrarmos de alguns escritos, como o provocativamente futurista «Ultimatum», aliás assinado por Álvaro de Campos, como os textos publicados no jornal **Ação**, em 1919-20, ou como o folheto de 1928 a favor da ditadura militar, ainda que transitória, como o próprio título sugere, **O Interregno**.

Ficaremos menos surpreendidos, no entanto, quando nos apercebemos do sentido estruturalmente livre, acerdadamente crítico e ferozmente independente que caracterizou, sempre, a sua personalidade. Uma personalidade que, nunca ten-

do feito da política uma carreira ou uma obediência partidária ou uma coerente sistematização doutrinal — envolvido que esteve por diversas flutuações de circunstância —, teve ocasião de tomar ao longo da sua vida atitudes que, reveladoras de grande pundonor e coragem, tiveram significado intelectual e político. Foi o caso, por exemplo, da defesa da liberdade artística inerente aos seus manifestos de 1923, **Aviso por causa da moral e Sobre um manifesto de estudantes**, de ataque à campanha «moralista» levada a cabo por uma organização de estudantes católicos de direita, a Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa, constituída por «pequeninos hipócritas, caloios da escola da alta hipocrisia» (3), que, brandindo o «ferro em brasa» e pré-fascista do apelo a que «os livreiros honrados expulsem das suas casas os livros torpes», exigiam um «movimento enérgico de repressão» contra o que alguém então chamou de «literatura de sodoma» — contra, principalmente, os livros **Canções**, de António Botto, e **Sodoma Divinizada**, de Raul Leal, que, com efeito, chegaram a ser apreendidos, por ordem das autoridades da capital.

Será nessa linha de inteireza de carácter, mas também de



Sessão de abertura da Assembleia Nacional (12/1/1935)

fundas convicções e apetências que o ligam a princípios de tolerância e liberdade, que vemos mais tarde o poeta, passado um período de espera atenta e de clarificação, a contestar com discrição ou altissonantemente, o Estado corporativo ou o seu chefe, as suas instituições ou o seu ideário. Como diz Angel Crespo num volume recentemente saído em Barcelona, «o velho liberal que havia nele sentiu-se oprimido com a nova situação e contra ela protestou: primeiramente em privado, ou seja, através das notas sobre política e sociologia que não deixava de ir tomando; depois, em cartas aos amigos ou nas conversas com eles; por último, publicamente» (4).

A menos que se esteja interessado em escamotear a verdade — jogando-se apenas com atitudes ou escritos de qualquer outro tempo, de uma qualquer outra conjuntura ou, até, de um muito ocasional estado de espírito (evento tão possível neste poeta múltiplo, neste poeta que, em uma das suas últimas composições, por sinal assinada por Ricardo Reis, dizia: «vivem em nós inúmeros», «tenho mais almas que uma» e «há mais eus do que eu mesmo») — não pode esconder-se que, pelo menos a um ano da sua morte, se desdobraram em Fernando Pessoa os sinais de desencantamento perante um poder que nunca o encantou (embora tenha encantado, é verdade, alguns dos seus amigos), os sinais de uma revolta que, insofismável e nítida, o destino, cheio de pressa em encurtar a vida do poeta, não deixou desenvolver e radicalizar.

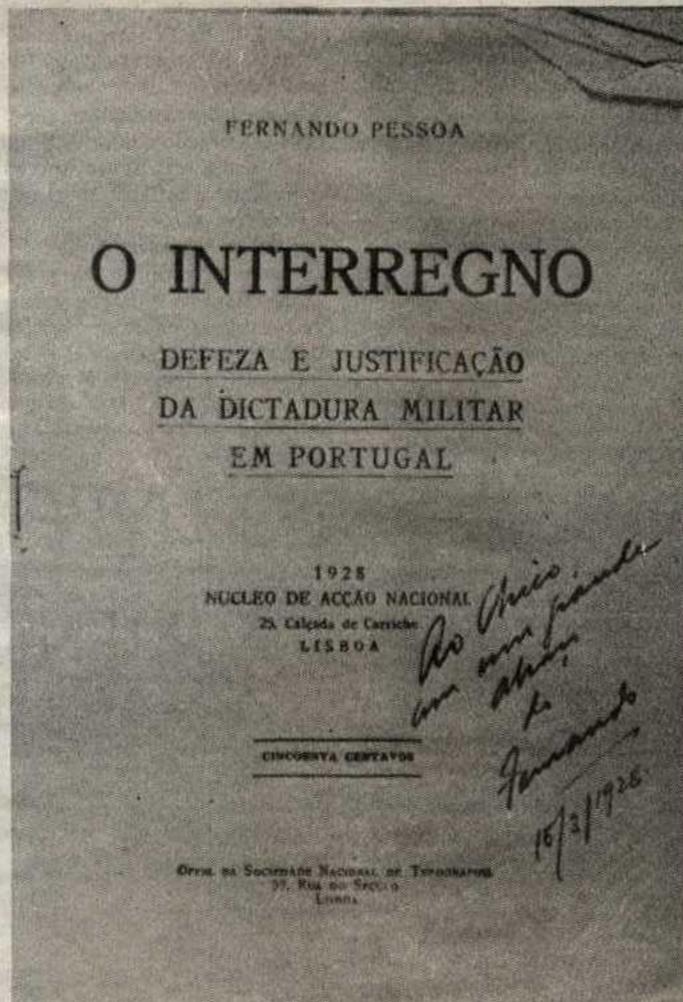
Que sinais, todavia, foram esses? Que luzes se acenderam

no seu espírito a incitá-lo à críspação oposicionista, à coragem de atitudes ou posições com perigosas escarpas ou destinadas ao sofrimento moral de ter de ficar calado, escrevendo apenas para a sua arca, perante a estupidéz, a calúnia, a violência e o vexame? Não tanto como a ideia de trazer-nos novidades, mas com o propósito de contribuirmos para uma certa ordenação, pouco exaustiva que ainda seja, precária que se apresente, de quanto documentalmente, sobre as posições políticas do último Fernando Pessoa — para nós, e quanto a esse aspecto, o mais decisivo (5) —, nos foi possível convocar, daremos de seguida, em sequência o mais possível cronológica, o fio dos acontecimentos. Glosando a frase pessoana que serve de epígrafe a esta reflexão, os factos passam a estar «no uso da palavra». Assim sendo, também nós não queremos, e não vamos, «interromper o orador».

«Mensagem» e o prémio de poesia do SPN

Composto em Outubro de 1934, **Mensagem** foi posto à venda no dia 1 de Dezembro do mesmo ano por decisão do próprio Pessoa, que assim quis associar o lançamento do seu primeiro livro de versos em língua portuguesa ao simbolismo da referida data. Com essa obra, concorreu ao prémio de poesia «Antero de Quental», instituído pelo Secretariado de Propaganda Nacional. O júri — constituído por Alberto Osório de Castro, Mário Beirão,

Teresa Leitão de Barros e Acácio de Paiva — decidiu o que já largamente se conhece: atribuir o prémio da «primeira categoria», correspondente ao «melhor livro de versos», ao livro **Romaria**, do missionário Vasco Reis, relegando **Mensagem** para a «segunda categoria», correspondente a «poema» ou «poesia solta». O júri considerou **Romaria** — de facto uma verdadeira «romaria» de menoridade artística — uma «obra de genuíno lirismo português, que revela uma alta sensibilidade de artista e que tem um sabor marcadamente cristão e popular» (6). Refira-se ainda que na **Imprensa** da época aparece reproduzida a indicação, por certo emanada do júri, de que o livro de Fernando Pessoa apenas transitou pra a «segunda categoria» por razões meramente regulamentares: «ser inferior a cem páginas» (7). Seja como for, esta decisão do júri — em que, ao que parece, «pessou o parecer do seu mais prestigioso membro, o poeta Mário Beirão, um homem da **Renascença Portuguesa**, um amigo ou antigo amigo do próprio Pessoa, mas que aderira completamente aos ideais do Estado Novo, a ponto de ter sido o autor da letra da **Mocidade Portuguesa**» (8) — suscita dois rápidos comentários. Primeiro, ao contrário do que então se fez constar, o corpo de **Mensagem**, incluindo naturalmente o índice e o cólofon, completava exactamente as 102 páginas, o que naturalmente chegaria para satisfazer o estranho «rigor» regulamentarista daquele júri, talvez agarrado ao facto «salvador» do último poema acabar na página 98... Segundo, a própria atribuição de um pré-



Capa do panfleto **O Interregno**, publicado em 1928

mio ao livro de Fernando Pessoa, ainda que de «segunda categoria», foi devida, ao que parece, à intervenção do próprio António Ferro, director do SPN, o qual, sendo amigo e camarada orphico de Fernando Pessoa, e para atenuar os efeitos da decisão do júri, ordenou ainda a subida do valor pecuniário dessa «segunda categoria», que era de mil escudos, para o valor do prémio da «primeira categoria», correspondente a cinco vezes mais.

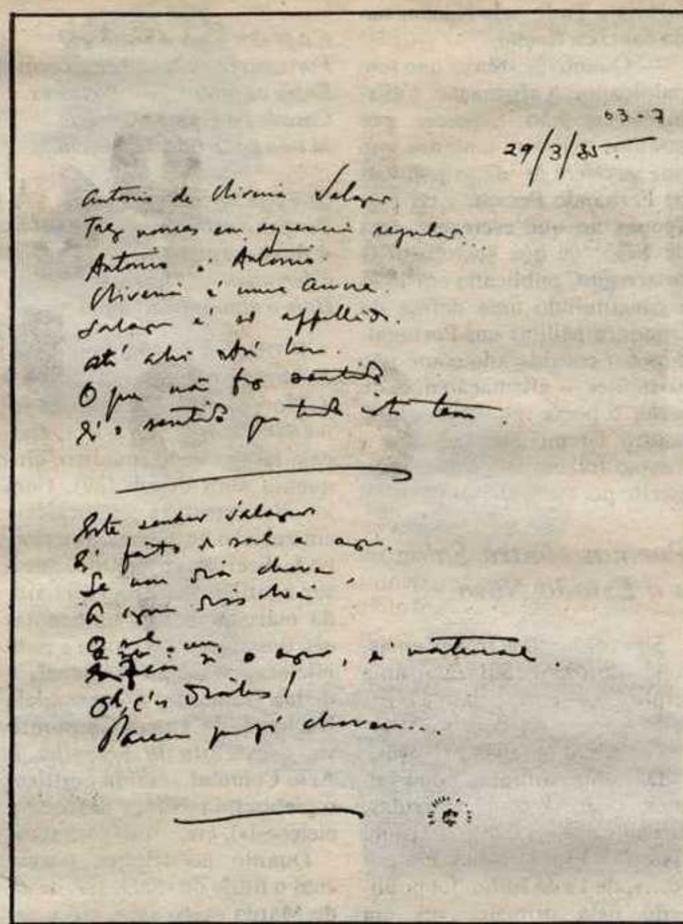
O certo é que, como nos diz ainda António Quadros, particularmente bem situado, como é óbvio, para nos falar de toda esta questão, «a Mensagem, com o seu conteúdo sebastianista mas patentemente divorciado de qualquer tipo de nacionalismo político de carácter absolutista, com a sua profecia de um Quinto Império de ressonâncias herméticas e esotéricas, com o seu patriotismo místico e iluminado, nada aceitando de um presente histórico nacional (...), foi uma obra recebida com mal-estar por gregos e troianos» (9). Do lado situacionista, pelo menos, não se lhe poderia perdoar, e não se perdoou, um teor geral que, como o próprio Pessoa explicita, estava «abundantemente embebido em simbolismo templário e rosicruciano» (10) e, mais ainda, uma visão da sua contemporaneidade que se identifica com a ideia de um Portugal-nevoeiro, de um «Portugal a entristecer» nos baixios de um «brilho sem luz e sem arder». Obviamente que o tom «baço» dessa «hora» visionada por Pessoa — bem patente no poema final de Mensagem — não se conjugava bem com a «hora» dada, em badaladas fortes, pelos relógios das altas torres do Regime, que então já saudavam as grandes vitórias da regeneração pátria, as virtudes cristãs recuperadas e o mais imparável optimismo.

A lei das «associações secretas»

Em 19 de Janeiro de 1935, o deputado José Cabral apresentava na Assembleia Nacional, com carácter de urgência, o projecto de lei das chamadas «associações secretas». Acção obviamente concertada com a estratégia governamental de ilegalizar todas as organizações que pudessem pôr em causa, pelos seus princípios, a «ordem estabelecida», a ordem da dita-

dura institucionalizada dois anos antes, esta medida legislativa destinava-se, sobretudo, a atingir a Maçonaria. A esse projecto de lei respondeu Fernando Pessoa com o artigo «Associações Secretas», inserido no *Diário de Lisboa* de 4 de Fevereiro seguinte. Desse retumbante e minucioso ataque ao «projecto de lei do urgente deputado» permitimo-nos fazer o destaque de dois ou três pontos. O primeiro, de ordem pessoal, em que o autor da «Ode Marítima» informa da sua não vinculação à organização visada: «Não sou maçom, nem pertenço a qualquer outra ordem, semelhante ou diferente. Não sou porém anti-maçom, pois o que sei do assunto me leva a ter uma ideia absolutamente favorável da Ordem Maçónica». O segundo é a afirmação da ineficácia dessas medidas em Portugal, quando elas também falharam ao serem tentadas por outros regimes de força, como os de Hitler, de Mussolini (aquém, aliás, o poeta ataca sarcasticamente em pelo menos um texto do seu arquivo, «Profecia Italiana», de 1935) ou de Primo de Rivera: «Se o sr. José Cabral cuida que ele, ou a Assembleia Nacional, ou o Governo, ou quem quer que seja, pode extinguir o Grande Oriente Lusitano, fique desde já desenganado. As Ordens iniciáticas estão defendidas ab origine symboli, por condições e forças muito especiais que as tornam indestrutíveis de fora». O terceiro, é a alusão irónica ao facto de, no caso da aprovação da lei, os seus promotores obterem um único «resultado certo, positivo»: o do «grande número de perseguições a oficiais do Exército e da Armada e a funcionários públicos», com o seu cortejo de compulsivos despedimentos e, consequentemente, de «miséria para as suas famílias».

Como seria de esperar, tal artigo suscitou de imediato a reacção violenta dos meios situacionistas e católico-conservadores. Logo no dia seguinte, o conselheiro Fernando de Sousa faria publicar no jornal de que era director, *A Voz*, o artigo «Mensagem Pró-Maçonaria» (11). Seguiu-se-lhe o próprio José Cabral, que, designando Fernando Pessoa por «um pobre escrevedor» e desenvolvendo a sua argumentação, riposta desta maneira cínica, tipicamente fascista, à denúncia, feita por Pessoa, das perseguições futuras a funcionários



Uma primeira versão, incompleta, do poema sobre Salazar

públicos: «Mas que homens são esses funcionários que assim sacrificam as suas famílias e a Nação aos interesses da Ordem? Que piedade merecem, eles ou os seus? Que podem valer considerações dessa natureza perante o interesse supremo da colectividade?» (12). Três dias após a data do artigo de Pessoa, era a vez de aparecerem mais dois exaltados contendores: Alfredo Pimenta (13) — esse mesmo Alfredo Pimenta que o autor de «O Guardador de Rebanhos» rotulou, em nota não tornada pública, como tantas outras, de «perfeito símbolo do intelectual reacçãoário» e de «monstro (...) triste de si mas alegrado de ódios» (14) — e Luís Bivar, que, sob o pseudónimo de «Malho», dava nesse dia início a uma sequência de artigos publicados no jornal *Novidades* (15). Comentando a intervenção desse «Malho», desse «erudito do antipatriotismo negro» nesse «jornal seráfico», órgão duma «imprensa que se diz cristã», Fernando Pessoa é quase displicente ao dizer: «limitou-se a cair nos alcapões que pus pelo meu artigo fora» (16).

Perante a verdadeira onda de

choque antimaçónica suscitada pelo seu artigo — em que, entre as raras excepções, se pode citar Rolão Preto, com cujo artigo «Não!», publicado no semanário *Fradique* de 14 de Março desse ano, o poeta se sentiu «em pleno estado de vingança» (17) em relação ao escrito que, no mesmo *Fradique*, e também em discordância consigo, o respectivo director, Thomaz Ribeiro Colaço, tinha publicado um mês antes — Fernando Pessoa, embora não ignorante dos perigos em que incorria (18), projectou ou chegou mesmo a elaborar um segundo artigo que teria sido «cortado pela censura» (19). De qualquer modo, é com íntimo orgulho que ele retrata toda a dimensão dos estragos que o seu artigo fizera aos «amanuenses de Deus» e do Estado Novo: «Pela primeira vez na minha vida fabriquei uma bomba. Cerquei o seu dinamite de verdade com um invólucro de raciocínio; pus-lhe um rastilho de humorismo. Feita, atirei-a aos opositores da Maçonaria. E o efeito foi não só retumbante como milagroso. Perderam a cabeça sem a ter» (20). A provar, entretanto, que esses estragos foram rapidamente colmatados

está o facto de a Assembleia Nacional ter aprovado no dia 6 de Abril, por unanimidade e em votação nominal, o referido projecto de lei.

O discurso de Salazar de 21/2/1935

Trata-se do discurso feito na cerimónia da entrega dos prémios literários do Secretariado de Propaganda Nacional, entre os quais o de poesia já atrás referido, cerimónia a que Pessoa não compareceu, embora tenha recebido o respectivo convite. Discurso que, na verdade, praticamente correspondeu, com o acrescento de um breve intróito, à transcrição integral de um longo extracto do texto «Para servir de prefácio» que Salazar tinha escrito para a edição, que estaria próxima, do primeiro volume dos seus *Discursos*. Diga-se que essas palavras se integravam naquela «política do espírito» que António Ferro — como o próprio lembra no discurso que também fez na mesma cerimónia — tinha preconizado perto de dois anos antes (21), artigo onde ainda são visíveis certas ambiguidades, certas concessões a uma cultura universal e humanista (denotáveis, por exemplo, nas citações de um Thomas Mann, de um Sinclair Lewis, de um John dos Passos...) por certo estranha, ou mesmo suspeita, para o ditador. Mas, sobretudo, nesse discurso Salazar procurava dar da famosa «política do espírito» uma nova imagem, uma nova e mais rigorosa definição. É precisamente à luz dessa redefinição e clarificação que Salazar anuncia aquelas «limitações» e «directrizes» que, como tivemos ocasião de sublinhar ou sugerir há cerca de dois anos e meio (cf. nota 1), tanto impressionaram Fernando Pessoa e tão decisivas foram para a notória inflexão das suas opiniões políticas no seu último ano de vida: «Os princípios morais e patrióticos que estão na base deste movimento reformador impõem à actividade mental e às produções da inteligência e sensibilidade dos portugueses certas limitações, e suponho deverem mesmo traçar-lhes algumas directrizes» (22). Tais concepções de dirigismo intelectual e artístico vão completar-se com a ideia, exposta mais adiante do mesmo discurso, de que não pode haver «indiferença pela formação men-

tal e moral do escritor ou do artista, e pelo carácter da sua obra», e de que não pode haver confusão entre o que «edifica» e o que «destrói», entre o que «educa» e o que «desmoraliza», entre «os criadores de energias cívicas e morais» e aqueles que Salazar — em frase mais adiante de novo referida — designava por **os sonhadores nostalgicos do abatimento e da decadência** (23).

Voltando às «directrizes» que tanto irritaram Fernando Pessoa, diga-se que o poeta vai referi-las em quatro momentos, pelo menos:

a) Num texto dactilografado do seu espólio (24), no último parágrafo: «Apareceram recentemente à superfície da terra social uns animais chamados **directrizes**. Definindo mal e depressa, esta palavra quer dizer que qualquer de nós tem que pensar pela cabeça de outra pessoa (...);

b) Em certa estrofe dum poema de rara violência, que referiremos mais adiante, «Isto é o Estado Novo, e o povo...»;

*Com directrizes à arte
Reata-se a tradição,
E juntam-se Apolo e Marte
No Teatro Nacional
Que é onde era a Inquisição.*

c) Num outro poema, de semelhante formulação e intencionalidade, que também aludiremos depois, «Poema de Amor em Estado Novo»:

*Bem sei: por estes meus modos
Nunca me podes amar.
Olha, desculpa m'as todas.
Estou seguindo as directrizes
Do professor Salazar.*

d) Num projecto de carta existente também no seu espólio, aparentemente destinada ao então presidente da República general Carmona, aliás «reeleito» quatro dias antes do referido discurso do chefe da Revolução Nacional: «(...) diz-se aos escritores que têm eles que obedecer a certas **directrizes**. Até aqui a Ditadura não tinha tido o impudor de, renegando toda a verdadeira política do espírito — isto é, o de pôr o espírito acima da política —

IMPRESSA NACIONAL



Fernando Pessoa
— Uma Fotobiografia
de Maria José de Lancaster
Esc. 2750\$00



Uma Conversa no Outono de 1935
de António Tabucchi
Ilustrações de
José João de Brito
Esc. 1650\$00

LIVROS
DA
IMPRESSA
NACIONAL
IMPRESSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Pessoa sobre Salazar: "Quem nos roubou a alma?"

vir intimar quem pensa a que pense pela cabeça do Estado, que a não têm (...)» (25);

e) Em projecto de carta a Adolfo Casais Monteiro, com data de 30/10/1935 — carta que noutra ocasião também já transcrevemos parcialmente (cf. nota 1): «Desde o discurso que o Salazar fez em 21 de Fevereiro deste ano (...), tudo quanto escrevermos, não só não tem que contrariar os princípios (cuja natureza ignoro) do Estado Novo (cuja definição desconheço), mas tem que ser subordinado às directrizes traçadas pelos orientadores do citado Estado Novo» (26).

Nota autobiográfica de 30 e Março de 1935

Nesta importantíssima nota autobiográfica de Fernando Pessoa, revelada pela primeira vez, ao que supomos, na 1.ª

edição de *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, de João Gaspar Simões — então com omissões notórias, devidas, umas, à vontade manifestada ainda em vida pelo próprio Pessoa, atribuíveis, outras, ao lápis azul da censura — importa-nos agora pôr em evidência, dados os intuitos deste itinerário reflexivo, os seguintes registos:

— Quanto à «posição social» e à «posição política»: o considerar-se «anticomunista» e «anti-socialista», mas também o considerar-se «conservador de estilo inglês, isto é, liberal dentro do conservantismo e absolutamente anti-reaccionário»;

— Quanto à «posição patriótica»: o considerar-se «partidário de um nacionalismo místico, de onde seja abolida toda a infiltração católico-romana (...)» e um «nacionalismo que se guia por este lema: **Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação**» — um lema que notoriamente marca, com óbvio acinte, uma diferença muito es-

sencial em relação ao lema salazarista **Tudo pela Nação; nada contra a Nação**;

— Quanto às «obras que tem publicado»: a afirmação, e afirmação a não esquecer por quantos estejam tentados, no que se refere às ideias políticas de Fernando Pessoa, a reparar apenas no que escreveu antes de 1935, de que «o folheto **O Interregno**, publicado em 1928 e constituindo uma defesa da Ditadura Militar em Portugal, deve ser considerado como não existente» — afirmação que, de resto, o poeta reitera ao dizer, noutra circunstância, sobre o mesmo folheto: «dou hoje esse escrito por não escrito» (27).

Poemas contra Salazar e o Estado Novo

São conhecidos três poemas, todos de 1935: «Salazar», uma tríplice sequência, «Isto é o Estado Novo, e o povo...» e «Poema de Amor em Estado Novo».

Das duas últimas composições, aliás já atrás referidas, diremos apenas o que se segue. «Isto é o Estado Novo, e o povo...», de 19 de Julho, foi publicado pela primeira vez em 1974, através de Jorge de Sena (28), com um *incipit* que não corresponde ao manuscrito existente no espólio do poeta. Lapso de transcrição? Transcrição de um outro original? O facto é que nesse poema, composto por dez quintilhas, são sarcasticamente atacadas as mais importantes instituições e conceitos emblemáticos do regime. Dele se reproduzem ape-

nas as duas últimas estrofes:

*E a fé dos nossos maiores?
Forma-a impoluta o consórcio
Entre os padres e os doutores.
Casados o Erro e a Fraude
Já não pode haver divórcio.*

*Que a fé seja sempre viva.
Porque a esperança não é vã!
A fome corporativa
é derrotismo. Alegria!
Hoje o almoço é amanhã.*

O «Poema de Amor em Estado Novo», por sua vez, de 8 e 9 de Novembro, ou seja, a três semanas da morte do poeta, apenas foi tornado público cinquenta anos depois (29). Com idêntica estrutura versificatória em relação ao poema anterior, pode dizer-se, entretanto, que a sua acutilância de tom será ainda mais minuciosa na denotação dos alvos escolhidos: a *nota oficiosa*, a *União Nacional*, a *dívida flutuante*, a *Assembleia Nacional*, a *Câmara Corporativa*, o *Estatuto do Trabalho*, o *Acto Colonial*, o *saldo positivo*, o *plebiscito* («Nunca desceste a eleições!»), etc.

Quanto ao tríplice poema com o título de «Salazar», de 29 de Março — ou seja, cinco semanas depois do já mais de uma vez citado discurso do timoneiro do Regime —, pode lembrar-se que foi publicado pela primeira vez no jornal *O Estado de S. Paulo* (Brasil), a 20 de Agosto de 1960. Uma nota da redacção do periódico paulista, além de assinalar o facto, a reter, do texto estar ironicamente assinado por *Um Sonhador Nostálgico do Abati-*

mento e da Decadência», explicava o seguinte: «Alguém que por motivos facilmente compreensíveis deseja manter-se anónimo, enviou-nos este poema inédito de Fernando Pessoa que vem revolucionar o que se julgava sobre a posição política do grande poeta português». Ora esse «alguém» foi precisamente Jorge de Sena, que, já depois de Revolução de 25 de Abril, fazia publicar o mesmo texto, ainda inédito em Portugal, no *Diário Popular*, a 6 de Junho de 1974, esclarecendo, entre outras coisas, que «esta tripla sequência estava passada a limpo, à máquina, em mais de uma cópia», circunstância que indicaria a intenção, por Pessoa, de «alguma distribuição anónima e clandestina».

Do seu texto — que, como os outros poemas contra o Estado Novo, embora documental-mente importante, não está ao nível de qualidade estética do melhor Pessoa — transcreve-se apenas um fragmento que, mantendo o discurso na linha de ataque fulminante que caracteriza toda a sequência, também envolve a alusão à ausência de liberdade que era a marca primeira do Regime:

Coitadinho / Do tiraninho! / Não bebe vinho, / Nem sequer sozinho...

Bebe a verdade / E a liberdade, / E com tal agrado / Que já começa / A escassear no mercado.

Sobre a maneira como essa constelação poemática era assi-

nada — *Um Sonhador Nostálgico do Abatimento e da Decadência*, como vimos — julgamos útil relembrar o que nós próprios assinalámos em finais de 1985 (30): que essa assinatura era, não apenas uma vaga forma de ironia, mas um remoque frontal, directíssimo, ao discurso de Salazar de 21 de Fevereiro, sobretudo àquela passagem em que, aos airosos «criadores de energias cívicas e morais» se contrapunham os funestos «sonhadores nostálgicos do abatimento e da decadência»...

Outros dois poemas e uma prosa

Quanto ao primeiro desses poemas, «Liberdade», escrito em 16 de Março de 1935, pode dizer-se que não tem uma mensagem «política» imediata ou visivelmente expressa. Mas tem desde logo, além do significativo do próprio título, o significativo do seu conteúdo anarquista, de contracultura e abertamente hedonista — sentidos demasiado revulsivos numa época em que maximamente imperava aquele «preconceito da ordem» que Pessoa já havia escarpelizado em 1915, no «panfleto» *Eh Real!*, e, também, o culto do trabalho e do dever:

Ai que prazer / Não cumprir um dever, / Ter um livro para ler / E não o fazer / Ler é maldade, / Estudar é nada. / O sol doura / Sem literatura. / O rio

ASSISTENTE EDITORIAL

ADMITE-SE

Prestigiada editora livreira com sede em Lisboa, selecciona candidatos/as que preenchem os seguintes requisitos:

PERFIL

- Experiência nas áreas de Planeamento e Controlo da Produção
- Facilidade de redacção e conhecimentos profundos da gramática portuguesa
- Fluência em inglês e francês
- Disponibilidade para admissão imediata.

OFERECE

- Remuneração compatível com a experiência e capacidade demonstradas
- Regalias sociais em vigor na Empresa.

Resposta a este jornal ao n.º 899, indicando «curriculum vitae» e ordenado pretendido.

MUNICÍPIO DE MATOSINHOS CÂMARA MUNICIPAL

I BIENAL DE TAPEÇARIA

Em cumprimento do objectivo definido no Plano de Actividades e Orçamento/88 aprovado pela Assembleia Municipal e de acordo com o deliberado pela Câmara Municipal, vai realizar-se a I BIENAL DE TAPEÇARIA nos termos das seguintes:

NORMAS

- 1 — Poderão concorrer todos os artistas de nacionalidade portuguesa e estrangeiros residentes no País, pelo menos há dois anos.
- 2 — As obras apresentadas a concurso devem ter sido executadas no biénio 87/88 e não deverão ultrapassar os 3,5 m de altura.
- 3 — Os trabalhos deverão ser entregues na Sociedade Nacional de Belas Artes ou nos Paços do Concelho de Matosinhos (Departamento de Desenvolvimento) até ao dia 88/09/20.
- 4 — As obras estarão seguras desde o acto de entrega até à sua devolução por um seguro no valor de 750 000\$00.
- 5 — As obras serão sujeitas à apreciação de um júri de que reunirá também para efeitos de premiação.
- 6 — Os artistas deverão proceder ao envio dos seguintes elementos:
 - Dados biográficos e uma fotografia tipo passe;
 - Curriculum artístico;
 - Fotos a cores dos trabalhos apresentados e indicação do título, dimensões, materiais, técnica e data da sua realização;
 - Instruções consideradas pertinentes para efeitos de montagem.

Estes elementos deverão ser enviados para a Câmara Municipal de Matosinhos (Departamento de Desenvolvimento) até ao dia 88/09/01.

Matosinhos, 31 de Maio de 1988

O PRESIDENTE DA CÂMARA
Narciso Miranda



GALERIA TRIÂNGULO 48
AV. D. VASCO DA GAMA, Nº 48 A - 1400 LISBOA
TEL. 6176 72

Horário de funcionamento: de terça a sábado das 14 às 20 h.

Exposição de Pintura de

ESPIGA PINTO

26 MAIO
A 25 JUNHO

VENDA PERMANENTE DE OBRAS
da colecção da Galeria

(Pintura, Aguarela, Desenho, Gravura)

corre, bem ou mal, / Sem edição original. / E a brisa, essa, / De tão naturalmente matinal, / Como tem tempo não tem pressa.

(extracto)

A propósito deste poema — que, sendo assinado por Fernando Pessoa — ele mesmo, bem poderia, tal como outros do mesmo período, ter a assinatura de Álvaro de Campos (31) — vale a pena reproduzir a história, contada por Pedro da Silveira, de como o autor de «Casa Branca, Nau Preta» não o pôde publicar em vida na mesma Seara Nova que o fez inserir apenas dois anos depois, no número de 11 de Setembro de 1937: «Pelo menos desde 1932, um dos jovens amigos de café de F. Pessoa era Manuel Mendes. Foi a ele que o poeta entregou o poema 'Liberdade', acabado de passar à máquina, para que, se assim o entendesse, e na Seara o quisessem, lá saísse. Quiseram; mas o lápis do censor, ante a última estância ('O mais do que isto / É Jesus Cristo, / Que não sabia nada de finanças / Nem consta que tivesse biblioteca...'), embirrou com o terceiro verso dela: 'não sabia nada de finanças.' Entenderia o tropa que manejava o lápis que era uma alusão a... Salazar. Só dois anos corridos outro censor deixou passar.» (32)

No que se refere ao outro poema, «Elegia na Sombra», poema longo com data de 2/6/1935, podemos dizer que a sua principal característica é o dar-nos da realidade portuguesa de então uma imagem extraordinariamente recessiva em relação a todos os aspectos do nosso ser colectivo. Não sendo, como o era «Liberdade», um texto de ataque directo à ditadura de Salazar e da União Nacional, tem ele no entanto — pelo negrume da visualização, pelo lúgubre dos contornos focados — o sentido de revelar uma profunda e radical descrença em relação a essa realidade e, sibilamente, em relação a quem a dominava:

Quem nos roubou a alma? Que bruxedo / De que magia incógnita e suprema / Nos enche as almas de dolência e medo / Nesta hora inútil, apagada e extrema?

tal como em relação ao próprio povo que, em estado de aturdimento, tudo suportava:

Povo sem nexa, raça sem suporte, / Que, agitada, indecisa, nem repare / Em que é raça, e que aguarda a própria morte / Como a um comboio expresso que aqui pare.

Uma descrença e um desencanto que, manifestamente, moravam nos antípodas duma propaganda oficial com carregadas doses de alegria presente e de confiança no futuro.

No que respeita à prosa, trata-se de um importante manuscrito deixado entre os seus muitos papéis, onde o poeta diz o seguinte, desta vez sobre a instituição censória: «Não é que não publique porque não quero: não publico porque não posso. (...) Ora sucede que a maioria das coisas que eu pudesse escrever não poderia ser passada pela Censura. Posso não poder coibir o impulso de escrevê-las: domino facilmente, porque não o tenho, o impulso de as publicar, nem vou importunar os Censores com matéria cuja publicação eles teriam forçosamente que proibir» (33). Trata-se, como se vê, de um texto que talvez nos forneça uma das principais chaves explicativas da não publicação, por Fernando Pessoa, de tantos documentos que aparentemente se destinavam a ver a luz do dia.

*
* *

Aqui chegados, talvez não seja preciso chamar a terreira outros acontecimentos ou inventariar mais pormenores dos acontecimentos referidos. Nem aqui haveria mais espaço; nem mais tempo. Os factos que estiveram «no uso da palavra» dão bem a ideia, julgamo-lo, do contencioso aceso e insanável entre Pessoa e o Estado Novo, entre Pessoa e uma situação política que já não deixava qualquer hipótese de tolerância, de abertura, de liberdade. Natural é, pois, que no poeta se fossem multiplicando os remos e as queixas, estas por vezes associadas — e essa associação não pode deixar de ter o seu exacto sentido, que é grande — à confissão do agravamento do seu estado de saúde. Apenas dois exemplos:

a) Num rascunho de carta destinado a agradecer a António Marques Matias o envio do livro *Poemas de Narciso* — acabado de imprimir, como reza em nota final do volume, «nos



«Coitadinho
Do tiraninho!
Não bebe vinho,
Nem sequer
sozinho...»

primeiros dias da Primavera de 35» —, elucida Fernando Pessoa: «Nunca se admire de eu tardar em escrever-lhe, nem com esse tardar se ofenda. À parte o andar eu sempre embrenhado em complicadíssimas crises mentais, acresce que certas circunstâncias externas, a que não consigo ser insensível, me abatem e me perturbam. Tenho estado velho por causa do Estado Novo» (34);

b) Num projecto de carta a Thomaz Ribeiro Colaço, aliás, já atrás referida, o autor de «Opário» constata: «(...) desde 4 de Fevereiro — data em que publiquei no *Diário de Lisboa* o artigo 'Associações Secretas' — não publiquei senão um breve poema na revista *Momento*, revista de rapazes, revista simpática, mas, parece-me, muito mais secreta que as 'associações' acima citadas. O facto é que, desde o ano passado, tenho estado sob o influxo de estados nervosos de diversas formas e feitios, que por um longo período me arrancaram da vontade até o desejo de não fazer nada. Tenho-me sentido uma espécie de filme psíquico de um manual de psiquiatria, secção psiconevroses.»

Para terminar, chamamos a atenção para o conteúdo destas duas cartas e para a data da última: 10 de Outubro de 1935.

«Estou seguindo
as directrizes
do professor
Salazar»

ção ao volume *Fernando Pessoa — Sobre Portugal (Introdução ao Problema Nacional)*, organizado também por Joel Serrão, com recolha de textos por Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, Lisboa, Ática, 1979, p. 11.

(3) João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, Bertrand, 4.ª ed., 1980, p. 537.

(4) Ángel Crespo, *La Vida Plural de Fernando Pessoa*, Barcelona, Seix Barral, 1988, p. 302.

(5) Visto ser o único Pessoa que pôde ter a experiência directa, por vezes dramaticamente sentida, de um regime não apenas autoritário ou providencialista, mas constitutivamente opressivo e fascista.

(6) Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, 31/12/1934, p. 16.

(7) Cf. *Novidades*, Lisboa, 1/1/1935, p. 12.

(8) António Quadros, *Fernando Pessoa — Vida, Personalidade e Génio*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2.ª ed., 1984, p. 253.

(9) *Idem*, p. 253.

(10) *Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, textos estabelecidos e prefaciados por Jacinto Prado Coelho e Georg Rudolf Lind, Lisboa, Ática, 1966, p. 434.

(11) No título desse artigo, com a palavra *Mensagem* sublinhada, está implícita a referência ao livro que Fernando Pessoa dera a público poucos meses antes.

(12) Artigo «Chove no Templo...», *A Voz*, Lisboa, 6/2/1935, p. 1, José Cabral fará transcrever esse texto em carta que, no dia seguinte, publicou no *Diário de Lisboa*, pp. 1 e 4.

(13) «A Verdade sobre a Franco-Maçonaria», *A Voz*, Lisboa, 7/2/1935, p. 1.

(14) *Fernando Pessoa — Da República (1910-1935)*, Lisboa, Ática, 1978, pp. 418-419. Volume também com organização e introdução de Joel Serrão e recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão.

(15) O primeiro artigo intitulava-se «O Papão Maçónico: as Nossas Colónias», *Novidades*, Lisboa, 7/2/1935, pp. 1 e 4.

(16) *Fernando Pessoa — Da República (1910-1935)*, pp. 417-418.

(17) Carta a Thomaz Ribeiro Colaço, transcrita em *Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, p. 82.

(18) Alfredo Margarido — que, por vezes controversamente, desde há anos se tem interessado pela questão das opções políticas de Fernando Pessoa — presta justiça, quanto ao caso das *associações secretas*, à «coragem serena do poeta, que nunca se deixou intimidar pelas reacções que podia eventualmente suscitar a sua intervenção escrita». Confira-se a sua introdução ao volume *Fernando Pessoa — Santo António, São João, São Pedro*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1986, p. 16.

(19) A. H. de Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 54.

(20) *Fernando Pessoa — Da Re-*

pública (1910-1935), pp. 419-420.

(21) António Ferro, «Política do Espírito», *Diário de Notícias*, Lisboa, 21/11/1932, p. 1.

(22) Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, 22/2/1935, p. 1.

(23) A última frase foi sublinhada por nós, tal como já o havíamos feito em *Fernando Pessoa — Empregado de Escritório*, pp. 10-11 (nota 3).

(24) Reproduzido no volume *Fernando Pessoa — Da República (1910-1935)*, p. 365.

(25) Cf. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 100, Novembro-Dezembro de 1987, p. 126.

(26) Carta pela primeira vez integralmente reproduzida no catálogo da exposição «Fernando Pessoa: o último ano», levada a efeito pela Biblioteca Nacional em Dezembro de 1985 (Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, p. 123).

(27) *Fernando Pessoa — Da República (1910-1935)*, p. 361.

(28) *Diário Popular*, Lisboa, 10/5/1974, p. 9.

(29) Através do Catálogo já referido na nota 26. Cf. pp. 135-139.

(30) Cf. *Fernando Pessoa — Empregado de Escritório*, pp. 10-11 (nota 3).

(31) Diga-se que esta manifesta e crescente ausência de distanciamento entre Pessoa e o seu heterónimo «engenheiro naval (por Glasgow)» vem confirmar, se necessária fosse essa confirmação, a justeza da constatação de David Mourão-Ferreira quando, num artigo muito recente sublinha que «a necessidade que a princípio Álvaro de Campos manifesta no sentido de se diferenciar de Pessoa» irá sofrer uma efectiva atenuação «nos poemas escritos por aquele heterónimo durante os últimos dez ou doze anos da existência de Fernando Pessoa». Cf. artigo «Algumas mulheres na poesia de Álvaro de Campos», a revista *A Cidade*, Portalegre, n.º 1 (nova série), Janeiro-Junho de 1988, p. 31.

(32) Pedro da Silveira, em *Nota Adicional*, não assinada, a «Quatro Poemas Anti-Salazaristas de Fernando Pessoa», *Seara Nova*, Lisboa, Julho de 1974, p. 20. Pedro da Silveira viu nessa altura, nos arquivos da revista, a prova de granel do poema «Liberdade» cortado pela Censura.

(33) *Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, p. 83.

(34) Texto transcrito pela primeira vez no Catálogo da exposição «Fernando Pessoa: o último ano», organizada pela Biblioteca Nacional, como foi acima referido, pp. 124-125.

(35) *Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, p. 81.

(36) Do poema de Ricardo Reis «Quanta tristeza e amargura afo-ga...»

livros

LIVROS

DA
IMPRESA
NACIONAL

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA



Estudos
de Literatura Portuguesa
de Cleonice Berardinelli
Esc. 1800500



Simbolismo,
Modernismo e Vanguardas
de Fernando Guimarães
Esc. 420500